

Ata nº 13

A três de dezembro de dois mil e vinte, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Geral, a fim de dar cumprimento à seguinte ordem do dia:

Ponto um: Aprovação do Plano Anual de Atividades;

Ponto dois: Definição das linhas orientadoras do orçamento para dois mil e vinte e um;

Ponto três: Apreciação do plano de ensino à distância;

Ponto quatro: Aprovação do programa de mentoria no âmbito do artigo vigésimo da resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020;

Ponto cinco: Aprovação da adenda à planificação de AEC de desporto do primeiro ciclo.

Ponto seis: Outros assuntos.

O Presidente do Conselho Geral começou por dar as boas vindas aos representantes dos alunos e ao novo elemento dos representantes da Associação de Pais.

Quanto ao ponto um, realçou o facto do Plano Anual de Atividades ter tido a capacidade de se readaptar e ajustar a um ano especial como este, devido à situação pandémica provocada pela COVID-19. Deu a palavra à Conselheira Ana Oliveira, na qualidade de Coordenadora do PAPA, que começou por explicar que vai apresentar apenas as atividades propostas. Relembrou que todos os conselheiros têm acesso à plataforma, para poderem monitorizar as atividades, usando as credenciais do ano anterior. De seguida, fez uma breve apresentação da plataforma, dando especial relevo ao calendário e à forma de aceder às atividades, bem como explicou o quadro que surge quando se abre o INOVAR PAA. Assim, das sessenta e seis atividades anuais aprovadas, foram realizadas nove. As atividades plurianuais propostas foram todas as aprovadas.

Salientou que o Agrupamento continua a dinamizar atividades anuais e plurianuais, embora em formato diferente e deu como exemplo a atividade “Chá das cinco”, um encontro semanal online, que tem como público alvo os docentes para que possam esclarecer dúvidas ou partilhar experiências, principalmente sobre a plataforma MOODLE, dinamizado pelo professor Paulo Martins.

Finda a exposição, o Presidente do Conselho geral quis saber se algum conselheiro gostaria de colocar alguma questão e como nenhum conselheiro se manifestou, colocou o documento apata aprovação. O PAA foi aprovado por unanimidade.

De seguida passou-se ao ponto dois, tendo sido apresentadas as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento para o ano de dois mil e vinte e um. O Presidente do Conselho Geral lembrou que este orçamento é feito com base em receitas próprias que, embora parcas, são canalizadas, principalmente, para medidas do âmbito social escolar.

Assim, as linhas orientadoras são as seguintes:

- Reforçar sempre que possível o apoio a alunos carenciados, no âmbito da Ação Social escolar;
- Manter as medidas de combate ao desperdício valorizando a reutilização e a reciclagem;
- Manter as práticas que permitam a redução dos custos com o papel, o toner e as comunicações;
- Garantir a manutenção de todos os equipamentos, incluindo o sistema de segurança;
- Reforçar o trabalho de parceria para a realização de projetos, estimulando a procura de fontes de financiamento.

Quanto ao ponto três, o Presidente do Conselho Geral lembrou que este plano visa garantir que todas as crianças e todos os alunos continuem a aprender, garantindo a equidade, e tendo em conta a sua realidade e o curto espaço de tempo de que dispõem. Referiu, ainda, que é um documento extenso mas fundamental neste tempo de pandemia. Além disso, “a estratégia estabelecida no Plano de Ação E@D do Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, tendo em atenção a especificidade do seu contexto, respeita os princípios e orientações do Roteiro emanado pela Direção-Geral de Educação que estabelece os **8 Princípios Orientadores para a Implementação do Ensino a Distância (E@D) nas Escolas.**” Chamou a atenção para os anexos, que mostram que todas as estruturas organizacionais do nosso Agrupamento têm um plano para trabalho e ensino à distância.

No que respeita ao ponto quatro, foi apresentado o programa de mentoria no âmbito do artigo vigésimo da resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020, com o título de PROGRAMA DE PROMOÇÃO DE SUCESSO ESCOLAR (ESCOLA +). O Presidente do Conselho Geral deu a palavra à Diretora do Agrupamento, para que explicasse o programa. A Diretora do Agrupamento começou por dizer que este programa tem como objetivo principal a promoção de sucesso educativo baseado em respostas educativas diferenciadas e é um plano individualizado, que cada escola desenvolve de acordo com a sua realidade.

Assim, este programa assenta em três eixos, a saber:

Eixo um: mediação: que pretende selecionar e formar alunos mediadores e monitorizar a atividade dos alunos mediadores;

Eixo dois tutoria: que pretende a realização de formação para professores-tutores e a monitorização da atividade dos professores-tutores.

Eixo três: mentoria: que pretende a sensibilização e envolvimento da Comunidade educativa; a seleção e formação de alunos mentores; a realização de reuniões entre tutores, DT's e mentores e a realização de ação de formação para docentes.

A Diretora do Agrupamento realçou que, de novo, há a mediação e a mentoria, que se destinam aos alunos, feita pelos alunos, ou seja, é um apoio entre pares e já há alunos a ajudar outros. No entanto, lembrou que o Agrupamento já tinha um programa de mentoria, no ano letivo passado, dinamizado pelo GAA.

A tutoria é feita por professores.

O programa de mentoria foi aprovado por unanimidade.

Passou-se ao ponto cinco, com a análise da adenda à planificação de AEC de desporto do primeiro ciclo. Esta reformulação à planificação de AEC de desporto do primeiro ciclo decorre da situação pandémica que vivemos.

Após a análise da adenda, esta foi aprovada por unanimidade.

No último ponto, foi apresentado o Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário, no âmbito da promoção do sucesso e inclusão educativos.

A Diretora do Agrupamento explicou que no mês de agosto o Agrupamento submeteu a candidatura ao Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário, no âmbito da promoção do sucesso e inclusão educativos.

No edital de candidatura estava prevista a apresentação de três medidas. Neste sentido o Agrupamento apresentou a sua candidatura que foi aprovada, sendo autorizada a contratação de dois técnicos especializados a tempo inteiro ou três técnicos especializados (um com horário integral e dois com meio horário).

No âmbito da **medida 1 (Ser feliz para Aprender + Inteligência Emocional em Ação)** do Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário (PDPSC), foi colocada uma **Técnica Especializada, de Psicologia**, a prestar funções no Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, Oliveira de Azeméis. A técnica Sandra Resende tem como funções, genericamente, as seguintes:

- ✓ Desenvolver nos alunos competências sociais e emocionais, motivação e resiliência.
- ✓ Desenvolver competências de autorregulação emocional para facilitar o relacionamento interpessoal entre alunos, entre alunos e professores/assistentes operacionais.
- ✓ Diminuir comportamentos de agressividade/ indisciplina e conflitos entre alunos e entre alunos e professores.
- ✓ Criar cenários de aprendizagem ativa assentes em comportamentos positivos.
- ✓ Educar para os valores (empatia, respeito, gentileza, motivação e tolerância).

No âmbito da **medida 2 (Medida 2. Envolve-me +:Tutoria autorregulatória com envolvimento parental)** do Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário (PDPSC), foi colocada uma **Técnica Especializada de Educação Social**, a prestar funções no Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, Oliveira de Azeméis. A técnica Catarina Pereira tem como funções, genericamente, as seguintes:

- ✓ Diagnosticar as necessidades dos alunos e das famílias sinalizadas, procedendo ao seu acompanhamento semanal, visitas domiciliárias e também integrando a tutoria.
- ✓ Mediar (escola - famílias), o que corresponde também à articulação com os professores de todas as áreas, coordenadores, diretores de turma, alunos e encarregados de educação, no âmbito da sua comunicação e interação, estabelecendo pontes que permitam compreender as dificuldades e necessidades dos alunos. Para tal, serão delineados planos individuais e orientadores da ação de professores e de professores tutores.
- ✓ Promover uma educação social envolvendo todos os atores acima mencionados, num projeto comum e integrado na mediação socioeducativa e de promoção de competências sociais favoráveis à aprendizagem, diferenciando pedagogicamente o ensino.

No âmbito da **medida 3 (Digitalmente Pro para Aprender+)**, do Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário (PDPSC), foi colocada uma **Técnica Especializada, Informática**, a prestar funções no Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, Oliveira de Azeméis. A técnica Mónica Arêde Silva tem como funções, genericamente, as seguintes:

- ✓ Capacitar alunos para utilização mais autónoma de equipamentos tecnológicos e plataformas digitais (em regime de apoio individual ou coadjuvação).
- ✓ Desenvolver competências digitais do pessoal não docente para utilização de equipamentos tecnológicos com fins educativos em contexto de coadjuvação em aula ou de apoio aos alunos em CAF ou ATL.
- ✓ Apoiar as famílias no desenvolvimento de competências digitais básicas para facilitar o acompanhamento parental.
- ✓ Diferenciar pedagogicamente o ensino.

De seguida, o Presidente do Conselho Geral leu um documento, da Diretora do Agrupamento, a dar conta da preocupação com a falta de assistentes operacionais e dos riscos que acarreta, quer como sobrecarga de trabalho, quer para os discentes.

O Presidente do Conselho Geral tem a certeza que toda a comunidade escolar já se apercebeu do excesso de trabalho e da exaustão das assistentes operacionais, referindo, ainda, que se já num ano letivo normal a falta de assistentes operacionais era um problema, na situação atual é ainda mais grave.

Deu, então, a palavra à conselheira Madalena, na qualidade de Coordenadora das Assistentes Operacionais, que começou por dizer que um dos maiores constrangimentos é facto da Câmara Municipal recolocar assistentes operacionais, isto é, mudar de estabelecimento de ensino as assistentes operacionais quando estas já começavam a perceber o funcionamento da escola e colocar assistentes operacionais sem experiência alguma e que exigem uma constante supervisão. Deu o exemplo dos elementos que são aqui colocados por parte do Centro de Emprego ou do Gabinete de Reinserção Social que não têm a formação necessária nem as competências exigidas a uma assistente operacional. Além disso, a situação pandémica veio agravar os problemas já existentes.

Na qualidade de representante da Câmara Municipal, o conselheiro Rui Cabral começou por dizer que a falta de assistentes operacionais é um assunto recorrente, uma vez que a falta estrutural de assistentes operacionais já não é de agora, e o tema deste ano letivo, desde a sua abertura. Ciente disso, a Câmara Municipal tem levado a cabo uma série de procedimentos para colmatar esta necessidade.

Assim, para além da bolsa de assistentes operacionais, foram colocadas cinquenta assistentes operacionais vindas do Centro de Emprego. A Câmara Municipal abriu, também, o procedimento concursal para mais vinte e cinco assistentes operacionais para o quadro, uma vez que o Governo aumentou o rácio para mais duas assistentes operacionais por Agrupamento de Escolas..

No entanto, quis realçar o facto de que não nos devemos esquecer que têm estado uma média de trinta e cinco assistentes operacionais em isolamento profilático ou em quarentena, ou de baixa médica, o que agrava a situação, pois não é fácil substituir rapidamente uma assistente operacional. Todavia, a Câmara Municipal tem plena consciência de todos estes constrangimentos e tem feito todos os esforços para os minimizar. Lembrou que a Câmara colocou cerca de cem assistentes nas escolas, desde o início do ano letivo mas se retirarmos a este número as trinta e cinco assistentes operacionais que, regra geral, se encontram de baixa médica, as que ficam em isolamento profilático ou em quarentena, os constrangimentos mantêm-se. Também sabe que as pessoas que vêm através do Centro de Emprego não têm experiência, nem as competências necessárias para substituir as assistentes operacionais.

A conselheira Madalena referiu que um outro constrangimento prende-se com o facto de as pessoas colocadas pelo Centro de Emprego não poderem, contratualmente, receber

nem entregar crianças e, além disso, uma vez por semana, têm de ir procurar emprego, o que obriga a que uma assistente operacional esteja sempre disponível para substituição.

O conselheiro Rui Cabral voltou a referir que a Câmara está a trabalhar no sentido de ultrapassar todas estas dificuldades e para que deixem de ser o tema de abertura de cada ano letivo. Assim, numa primeira fase cessou os protocolos com as IPSS, numa segunda fase abriu procedimentos concursais para fazer chegar assistentes operacionais às escolas, o que já não acontecia desde dois mil e dezasseis.

O conselheiro Martinho questionou sobre a data de término dos procedimentos concursais. Ao que o conselheiro Rui Cabral respondeu que a Câmara Municipal abriu o procedimento para vinte e cinco assistentes operacionais, a fim de completar os rácios dados pelo Governo. Ressalvou, ainda, que a bolsa de recrutamento é apenas para substituições e que quem lá se encontra não pertence aos quadros da edilidade. Considera, no entanto, que o impacto deste concurso para mais vinte e cinco assistentes operacionais só será sentido no próximo ano letivo e que o nosso Agrupamento receberá mais duas assistentes operacionais, além do número previsto.

O Presidente do Conselho Geral agradeceu a intervenção dos conselheiros e informou que a escola recebeu dez mil euros por ser uma escola Mega Fixe e que esta verba vai ser usada na criação da Sala do Futuro. Informou, ainda, que o Agrupamento recebeu dezassete prémios de Escola Amiga da Criança, prémio de excelência, Leya e Confap. Todos estes prémios refletem o envolvimento de toda a comunidade educativa, apesar destes tempos complicados que vivemos. Porém, continuamos a ser um Agrupamento ativo e agradeceu a toda a comunidade educativa o empenho e o trabalho desenvolvido.

O conselheiro Tomás Marques, representante dos discentes, propôs que para a eleição da Associação de Estudantes votassem apenas os alunos desde o sétimo ano de escolaridade até ao décimo segundo ano, tal como acontece na votação para o OPE. O Presidente do Conselho Geral pediu-lhe que a proposta fosse posta por escrito, a fim de ser analisada num próximo Conselho Geral.

De seguida, o Presidente do Conselho Geral informou que é necessário indicar os elementos que farão parte da comissão eleitoral. Assim, de acordo com o ponto um do artigo sétimo do Despacho n.º436-A/2017 do gabinete do Ministro da Educação, o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro em Oliveira de Azeméis, nomeou a comissão eleitoral, composta pelo professor António Paulo dos Santos Martins e pelos alunos Maria João Alves Correia S. da turma C do décimo segundo ano, Inês Maria T. Pinho Silva da turma G do décimo ano, e Ana Carolina Azevedo Vieira do primeiro ano do curso profissional de Técnico de Ação Educativa para constituírem a mesa eleitoral referente à votação on line do Orçamento Participativo das Escolas, a realizar-se no dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e um.

Para finalizar, a Diretora do Agrupamento quis agradecer a todos, principalmente, aos órgãos e instituições que os conselheiros representam, pelo seu trabalho e envolvimento nestes tempos tão complicados.

E nada mais havendo a tratar...

